

DESEMPENHO E PROBLEMAS DA CAFEICULTURA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: 1934 a 2009

PERFORMANCE AND PROBLEMS OF THE COFFEE CULTURE IN THE STATE OF MINAS GERAIS: 1934 to 2009

Djalma Ferreira Pelegrini

Dr. em Geografia. Pesq, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais- EPAMIG
djalma@epamig.br

Juliana Carvalho Simões

M.Sc. Agronomia. Pesq, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais- EPAMIG
jcsimoes@epamig.br

Resumo

A cafeicultura constitui um dos setores mais dinâmicos da agricultura de Minas Gerais. Apesar de sua importância para a economia e para a sociedade mineira, este setor vivencia, atualmente, um intenso processo de transformações e reajustamento. Com o objetivo de avaliar o desempenho da cafeicultura mineira nas últimas décadas e analisar os problemas da cadeia produtiva do café no Estado, procedeu-se uma pesquisa bibliográfica a respeito das safras de café do Estado, comparativamente aos demais Estados produtores da Federação. Além disso, realizou-se uma pesquisa qualitativa a partir de entrevistas com cafeicultores e técnicos, tomando por base um roteiro previamente estruturado, e estabelecendo-se um diálogo entre entrevistadores e entrevistados. Verificou-se que, entre as décadas de 1970 e 2000, a cafeicultura mineira apresentou rendimento crescente, significativamente superior aos demais Estados. Dentre os problemas identificados, destacam-se as dificuldades no controle de pragas, custo de colheita elevado, e dificuldades na comercialização do produto.

Palavras-chave: Cafeicultura. Minas Gerais. Tecnologia agrícola. Socioeconomia rural.

Abstract

The culture of coffee has been one of the most dynamic sectors of the agriculture in the state of Minas Gerais. Despite the importance to the economy and to the society of the state of Minas Gerais, this sector has been going through an intense process of transformation and readjustment. With the aim of evaluating the performance of the culture of coffee in Minas Gerais in the last decades and analysing the problems of the productive chain of coffee in the state of Minas Gerais, a bibliographical research on the harvest of coffee in the state of Minas Gerais, comparing it to the other states in the country. Moreover, there was a qualitative research based on interviews with coffee growers and technicians based on a questionnaire previously structured establishing a dialog between the interviewers and interviewees. It was found out that between the decades of 1970 and 2000 the culture of coffee in the state of Minas Gerais was very

productive, much higher than the other states. Among the identified problems, the most important ones are: the control of pest, the high cost of the harvest, and the difficulties in the commercialization of the products.

Keywords: Coffee culture. Minas Gerais. Agricultural technology. Rural socioeconomics.

Introdução

A cafeicultura constitui, há vários anos, um dos setores mais dinâmicos da agricultura de Minas Gerais, considerando-se o volume de produção, a movimentação de capitais e a massa socioeconômica ocupada nesta atividade. A contar da década de 1980, as safras estaduais de café passaram a suplantar quantitativamente a produção dos demais Estados da Federação, qualificando-o como principal produto na pauta de exportações do setor agrícola estadual. Em 2008 foram expedidas 1.117,9 mil toneladas de café, que representaram 51,6% do valor monetário total integralizado pelas cadeias produtivas rurais de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2009). Além de expressiva sob o aspecto quantitativo, o café produzido em Minas Gerais também se destaca pela qualidade, atestada em inúmeras avaliações.

A despeito de sua importância para a economia e para a sociedade mineira, o setor produtivo rural correspondente à cafeicultura vivencia, atualmente, um intenso processo de transformações e reajustamento, como decorrência da reestruturação tecnológica, migração rural/urbana, dos abalos advindos do setor de produção de fertilizantes, das variações cambiais e da inserção do setor da cafeicultura de forma dependente na economia, característica comum aos demais segmentos produtivos rurais.

Os propósitos deste estudo se dirigem para uma avaliação de desempenho e análise dos problemas da cadeia produtiva do café no Estado, no quadro histórico e socioeconômico produtivo vigente. Trata-se, portanto, de um estudo sobre a cafeicultura das tradicionais regiões de cultivo de café em Minas Gerais, a partir de dados coletados no contexto das referidas mudanças.

Para tanto, optou-se, de um lado, pela realização de uma pesquisa bibliográfica, a fim de reunir dados sobre as safras de cafés em Minas Gerais e nos principais Estados produtores, e, por outro, por uma pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas com cafeicultores e técnicos que atuam no segmento da cafeicultura, tomando por base um

roteiro previamente estruturado, configurando-se assim uma investigação em que se estabeleceu um diálogo entre entrevistadores e entrevistados, que permitiu o esclarecimento acerca de cada tópico do roteiro. Os resultados e as demandas foram agregados de maneira que reflitam as especificidades regionais.

As entrevistas realizadas com os cafeicultores e técnicos participantes da EXPOCAFÉ, no município de Três Pontas, durante os dias 18 e 19 de junho de 2008, assim como as que foram conduzidas durante os dias 7 e 8 de outubro de 2008, em São Sebastião do Paraíso, forneceram informações importantes a respeito da cafeicultura praticada na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais. Na Zona da Mata, foram realizadas entrevistas com produtores dos municípios Viçosa, Araponga, Paula Cândido, Coimbra, Cajuri, Ervália e Canaã. Os questionários dirigidos aos técnicos que atuam no setor da cafeicultura na Zona da Mata de Minas Gerais, constituíram também importante subsídio para este trabalho. A pesquisa conduzida na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, foi, em grande parte, realizada a partir de entrevistas com técnicos e cafeicultores durante o XVI Seminário do Café do Cerrado. Em etapa posterior, foram também entrevistados especialistas da EPAMIG e técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), com vistas à complementação das informações.

A compilação e o tratamento dos dados sobre produção, área e rendimento de café obtidos a partir da consulta a diversas fontes, embora passível de correções, em função das variações metodológicas, tornou-se fundamental para a compreensão da dinâmica da cafeicultura brasileira e estadual, assim como das especificidades regionais, durante as últimas décadas.

Histórico da cafeicultura no Estado de Minas Gerais

Até a década de 1970, Paraná e São Paulo ofertavam o maior volume de café, dentre os Estados brasileiros. Contudo, nas décadas seguintes, como decorrência de três processos diferentes, a saber, o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais proposto pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), a ocorrência de geadas nas principais áreas de produção do Paraná e São Paulo, e a incorporação de extensas áreas de cerrado

para a prática agricultura, a cafeicultura de Minas passou a apresentar resultados mais expressivos comparativamente aos demais Estados.

A ocorrência de geadas nas principais áreas de produção nos estados do Paraná e São Paulo, e a adesão técnica de Minas Gerais ao Plano de Renovação de Cafezais, marcou o início de uma profunda transformação na cafeicultura nacional. De acordo com Caixeta (1977), “100% dos cafeeiros do Paraná, 80% dos de Mato Grosso, 66% dos de São Paulo e apenas 10% dos cafeeiros de Minas Gerais foram afetados pela geada” em julho de 1975. Os estímulos governamentais destinados a promover a implantação de novos cultivos, durante a década de 1970, concomitante à implantação de novos cafezais em inúmeros municípios do Sul/Sudoeste, Zona da Mata, Vale do Rio Doce, dentre outros, fizeram elevar a participação de Minas Gerais na produção nacional, relativamente aos demais Estados produtores, processo que se tornou mais pronunciado a partir de 1978.

Durante a década de 1970, a incorporação das áreas de Cerrado para a agricultura tornou-se viável a partir de novas possibilidades geradas pelos avanços tecnológicos e pelas inovações advindas da “Revolução Verde”, entre as quais as técnicas de correção e adubação de solos e a adaptação de novas espécies e variedades de grãos aos solos de Cerrados. A correção da acidez dos solos a partir de aplicações de calcário - experiência procedida pelos imigrantes alemães nos Campos de Guarapuava, no Paraná - serviu de exemplo aos agricultores mineiros. Tendo como centro de difusão das novas tecnologias os programas iniciais de incentivos, a exemplo do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), imensas áreas de chapadas de Minas Gerais tornaram-se produtoras, principalmente de soja, milho, café e algodão. A partir da migração de algumas famílias de cafeicultores oriundos do Paraná e a subsequente fixação nos municípios de Araguari e Patrocínio constituiu-se o núcleo inicial responsável pela dispersão da cultura do café nos Cerrados do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A ampliação das áreas de cultivo nessas áreas, no quadro da modernização da agricultura brasileira, assinalou a segunda fase da expansão da cafeicultura mineira.

As áreas de cultivo de café estabelecidas na mesorregião do Triângulo/Alto Paranaíba apresentam médias de áreas significativamente maiores do que as pesquisadas

na Zona da Mata e no Sul/Sudoeste do Estado, e caracterizam-se, especialmente, pelo elevado investimento na adequação da fertilidade do solo, incremento marcante da mecanização, inclusive no que diz respeito à operação de colheita, e pela frequente adoção de práticas de irrigação.

Existe grande variação de tamanho entre as áreas de produção de café nos municípios produtores, característica da cafeicultura em todo o Estado. Durante as entrevistas realizadas com cafeicultores das principais mesorregiões de produção do Estado, identificaram-se cafezais desde 1 até 950 hectares, ao mesmo tempo em que também foram verificadas grandes variações entre as micro e mesorregiões produtoras. Dentre as mesorregiões que ofertam maior volume de produção, ocorre preeminência de pequenas lavouras na Zona da Mata, Oeste de Minas e na mesorregião Sul/Sudoeste. Nas regiões tradicionais de produção, a cafeicultura caracteriza-se como atividade de importância fundamental sob o aspecto socioeconômico, em face da significativa geração de renda e ocupação de grande contingente de mão-de-obra.

As tabelas 1 e 2, assim como o Anexo 1, que apresentam dados comparados das safras, ilustram o crescimento da produção estadual de café, durante o terço final do século 20, em relação às demais Unidades da Federação. Como mostra a tabela 2, Minas Gerais passou a apresentar taxas de crescimento da produção significativamente superiores à produção nacional, a partir da década de 1970.

A produção de café em Minas Gerais tem apresentado significativo crescimento, não apenas em função do aumento da área de cultivo, mas, principalmente, em decorrência da melhoria dos índices de produtividade.

A tabela 2 apresenta as médias anuais de rendimento de café em Minas Gerais e no Brasil (em sacas por hectare), atestando o significativo incremento neste índice, a contar da década de 1970. Os eventos descritos culminaram com a liderança do estado de Minas Gerais neste setor da produção rural no Brasil.

O expressivo crescimento da produtividade de café, durante as últimas décadas, deve-se, em grande medida, aos esforços dirigidos pela pesquisa e transferência de tecnologias, além da aptidão natural do Estado de Minas para condução desta cultura, especialmente relacionada com as condições de relevo, clima e solos.

Tabela 1 - Médias e porcentual de variação da produção de café por década (em milhões de sacas de 60 kg) - Brasil e Minas Gerais.

Safras	Brasil		Minas Gerais	
	Produção (Média anual)	Varição	Produção (Média anual)	Varição
1934/35 a 1939/40	22,08		4,01	
1940/41 a 1949/50	14,07	- 36,27%	2,63	- 34,41%
1950/51 a 1959/60	20,44	+ 45,27%	3,26	+ 23,95%
1960/61 a 1969/70	24,77	+ 21,18%	2,40	- 26,38%
1970/71 a 1979/80	18,84	- 23,94%	3,63	+ 51,25%
1980/81 a 1989/90	25,64	+ 36,09%	8,00	+ 120,00%
1990/91 a 1999/00	26,22	+ 2,26%	12,20	+ 52,50%
2000/01 a 2009/10	37,16	+ 41,72%	17,84	+ 46,23%

Fonte: Anuário Estatístico do Café (1984 a 1989), Anuário Estatístico do Café (2002/2003), Agriannual (2007), Conab (2009) e Emater - MG (2009)

NOTA: Dados complementares conferir Anexo 1.

(1) No cômputo da produção nacional de café foram incluídos os valores relativos às safras de *Coffea canephora*.

Em 2009, a área de cultivo de café no Estado foi estimada em 1.172.862 hectares. Contudo, com o cálculo da média dos últimos 4 anos, obtém-se 1.062.328 hectares, relativos à área de cultivo de café no Estado (CONAB, 2009).

Tabela 2 - Médias e porcentual de variação de rendimento das safras de café por década (em milhões de sacas de 60 kg) - Brasil e Minas Gerais

SAFRAS	BRASIL		MINAS GERAIS	
	Redimento (média anual) sc/ha	Variação	Redimento (média anual) sc/ha	Variação
1960/61 a 1969/70	6,60	-	4,65	-
1970/71 a 1979/80	6,99	5,90%	8,39	80,43%
1980/81 a 1989/90	9,48	35,62%	10,55	25,74%
1998/99 e 1999/00	⁽¹⁾ 14,17	49,47%	*16,69	58,82%
2000/01 a 2009/10	16,20	14,32%	16,86	1,01%

FONTE: Anuário Estatístico do Café (1984 a 1989), Anuário Estatístico do Café 2002/2003, Agrianual (2007), CONAB (2009) e EMATER - MG (2009)

NOTA: Dados complementares conferir Anexo 1.

⁽¹⁾Computados apenas os dados relativos às safras de 1998 e 1999. Em decorrência da extinção do IBC, a coleta de informações ficou paralisada por diversos anos.

A safra mineira de café, obtida em 2009, ultrapassou a marca dos 19 milhões de sacas, correspondendo a cerca de 49% da produção nacional. A tabela 03 apresenta os dados sobre a produção de café em Minas Gerais, de acordo com as mesorregiões produtoras.

Nos últimos anos, a difusão do cultivo de café pelos sertões do Norte e Noroeste de Minas, em resposta aos novos ímpetus de aplicação e ganhos de capital, característicos da nova conjuntura econômica, representa a etapa mais recente do processo que promoveu a expansão da cafeicultura em Minas Gerais. Embora a cafeicultura praticada nos municípios destas mesorregiões apresente dados de área de cultivo e produção total ainda pouco representativos no cômputo da produção estadual, destaca-se, todavia, em razão dos elevados índices de produtividade, significativamente superiores aos verificados nas tradicionais áreas de produção do Sul/Sudoeste e Zona da Mata de Minas Gerais. Este especial desempenho deve ser atribuído à adoção de sistemas de produção intensivos, a partir da aplicação das mais modernas tecnologias de cultivo de café, sob favoráveis condições de meio, especialmente relacionadas com a topografia, altitude, disponibilidade de água para irrigação e luminosidade.

Tabela 03. Produção de café em Minas Gerais, de acordo com as mesorregiões produtoras. Safra 2009/2009.

MESORREGIÃO	PRODUÇÃO DE CAFÉ (sacas de 60 kg)
Sul / Sudoeste	7.507.717
Zona da Mata	3.982.354
Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba	3.610.048
Oeste de Minas	1.485.178
Vale do Rio Doce	1.025.913
Campo das Vertentes	526.214
Noroeste de Minas	441.212
Jequitinhonha	407.497
Norte de Minas	311.300
Vale do Mucuri	116.460
Metropolitana de Belo Horizonte	46.301
Central Mineira	19.040
MINAS GERAIS	19.479.234

Fonte: EMATER (2009)

Os novos cultivos de café dos municípios do Norte e Noroeste de Minas são conduzidos, especialmente, em terrenos planos de chapadas, e podem ser caracterizados pelo expressivo tamanho, pela agregação de economias de escala, da condução a partir de sofisticado aporte tecnológico, pelo estabelecimento de grande número de plantas por unidade de área, pela adoção de sistemas de irrigação (pivot central e microaspersão), pelo monitoramento anual da fertilidade do solo, pela implantação de cultivares adaptadas etc. Sob estas condições, os empreendimentos são conduzidos, em maior frequência, sob gerência patronal.

Entretanto, a análise da tabela 3 permite a consideração de que as mesorregiões do Jequitinhonha e do Mucuri situam-se entre as que apresentam menor produção de café em Minas Gerais. Observa-se que a produtividade média dos cafezais destas mesorregiões tem se mostrado significativamente inferior à produtividade média do Estado de Minas Gerais, situando-se em torno de 15,8 sacas por hectare no Jequitinhonha, e 14,8 no Mucuri, enquanto a média estadual atinge 19,7 sacas por hectare.

Diversidades regionais, comercialização e representação de interesses na cafeicultura mineira

A cafeicultura é praticada, no Estado de Minas Gerais, sob condições ambientais diversas. Uma ampla variedade de solos e de microclimas presta-se à condução dessa cultura. Diversos ecossistemas, correspondentes aos biomas Mata Atlântica e Cerrado e suas zonas de transição, foram incorporados para cultivo do café, sob diferentes contextos, ao longo dos três últimos séculos. Em consequência, algumas dificuldades enfrentadas pelos produtores, nos diversos municípios, têm causas específicas. Esta constatação nos permite identificar as peculiaridades e os problemas regionais.

A colheita é, certamente, a operação mais onerosa da cultura do café, fato que tem motivado uma busca intensiva por alternativas nos últimos anos. Em função das variações que se verificam no relevo do território mineiro, algumas regiões apresentam vantagens comparativas, decorrentes da aptidão natural para a colheita mecanizada.

Uma vez que as máquinas automotrizes desenvolvidas para realização de tratamentos culturais e colheita de café não são apropriadas para operação em terrenos inclinados (predominantes na Zona da Mata e Sul/Sudoeste de Minas), o custo de mão-de-obra corresponde a um percentual próximo de 50% do custo total de produção. Os entrevistados registraram que a contratação de mão-de-obra, especialmente para realização das colheitas, além de onerosa, vem-se tornando mais difícil a cada ano, em razão da pequena disponibilidade de trabalhadores. Registra-se que, além de pouco disponível, a mão-de-obra, em geral, não se apresenta devidamente treinada para a realização desse trabalho.

De certa maneira, os agricultores familiares, ainda que cultivem terrenos montanhosos, geralmente têm mais facilidade em equilibrar os custos de produção com suas receitas, e assim persistem em seus cultivos, pois, além de disporem de mão-de-obra própria, realizam também permutas de dias de serviço com seus vizinhos.

A realização de colheitas de café com o uso de máquinas derriçadeiras, aparentemente, constitui uma alternativa viável para o trabalho em terrenos inclinados. Todavia, durante as entrevistas, produtores e técnicos reclamaram da falta de informações a respeito dos danos físicos provocados aos cafeeiros pelas derriçadeiras manuais, como também apontaram problemas relacionados com a operação desses equipamentos, em razão do baixo rendimento, pequena durabilidade e custo elevado de manutenção. Isto torna

patente a necessidade de aperfeiçoamentos mecânicos nessas máquinas, em condições de permitir a realização de colheitas mais econômicas em terrenos montanhosos.

As informações prestadas pelos entrevistados nos fizeram compreender que os cultivos de café de montanha tornaram-se menos competitivos em relação aos conduzidos em terrenos planos nos últimos anos. Esta condição atinge especialmente os produtores de café da Zona da Mata e Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais, que contratam mão-de-obra para a realização das colheitas. Como resultado, a cafeicultura conduzida nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Norte e Jequitinhonha, em geral, vêm apresentando maior rentabilidade, considerando-se apenas os cultivos conduzidos por agricultores patronais. Todavia, em terrenos cuja topografia não constitui fator limitante, a adoção de espaçamentos reduzidos entre fileiras têm impedido a colheita mecanizada.

Por outro lado, existem dificuldades e demandas comuns à maioria dos cafeicultores mineiros, principalmente no que reporta à assistência técnica e à comercialização de café, que figuram entre as mais importantes. As deficiências apresentadas pelo serviço de assistência técnica aos cafeicultores em Minas Gerais, similarmente às identificadas em outros segmentos da produção rural, decorrem da conjunção de diversos fatores, dentre os quais podemos destacar a pequena disponibilidade de técnicos especializados e a desarticulação do Sistema Estadual de Pesquisa e Transferência de Tecnologia.

Apesar da variedade de mecanismos de comercialização disponíveis, os produtores enfrentam anualmente o desafio de escolher o melhor momento e a maneira mais adequada de venderem suas safras de café, em razão das oscilações de preços. O acerto com respeito a esta decisão depende de informações que, em muitas ocasiões, não estão disponíveis aos pequenos e médios produtores. Frequentemente, antes de ser exportado, ou de chegar às torrefadoras nacionais, o café passa pela mão de intermediários, cuja remuneração é descontada do valor devido aos produtores. A libertação do domínio dos intermediários constitui uma das grandes vantagens auferidas pelos agricultores quando tomam parte nas associações e cooperativas.

Com frequência, os produtores manifestam pouco conhecimento do funcionamento do mercado e dos mecanismos de comercialização disponíveis, e se sentem inseguros quanto ao momento adequado para a realização das operações de venda, como também para a assunção dos riscos inerentes ao processo de comercialização.

Em virtude da precariedade do sistema de organização produtivo estabelecido, e da ação coordenada dos intermediários (que, frequentemente, manipulam os preços para baixo), em muitos municípios do Estado, os agricultores não obtêm bons preços na venda de seus produtos.

De fato, percebe-se, certa variação no tocante às condições de comercialização de café entre as diversas microrregiões de Minas Gerais. Em diversos municípios, os pequenos produtores informaram que enfrentam grandes dificuldades na venda de seus produtos, principalmente naqueles em que operam poucos compradores. Em face do acirramento da concorrência, nos municípios em que as associações e cooperativas se mostram ativas, os produtores são mais bem remunerados na venda de seus produtos. Contudo, conforme informaram, com frequência, a participação em associações não garante a obtenção dos melhores preços.

Os resultados dessa pesquisa permitem perceber que os cafeicultores descapitalizados sentem mais intensamente as deficiências apresentadas pelo Sistema de Comercialização do Café, pois, para honrar seus compromissos, vêm-se obrigados, com frequência, a efetuar suas vendas durante os meses em que a saca de café apresenta as menores cotações de preço no mercado. Com poucos recursos para aplicação nas lavouras, as safras subsequentes reproduzem o círculo vicioso da baixa produtividade, má qualidade dos grãos e pequena valorização no mercado. A persistência desta combinação, em uma conjuntura econômica caracterizada pelo elevado preço dos insumos, condiciona os cafeicultores a uma relação de trocas extremamente desfavorável, e, como consequência, ao empobrecimento.

Alguns especialistas afirmam que o mercado de café é o mais organizado dentre os mercados de produtos agrícolas. Contudo, as opiniões dos técnicos e produtores se mostram divididas com respeito ao processo de comercialização de café. Alguns reivindicam uma política de garantia de preços, além do estabelecimento de prêmios por qualidade, de viabilizar a realização de investimentos a médio e longo prazos. Outros entendem que a melhoria do sistema de comercialização deve ser buscada no aperfeiçoamento dos mecanismos de venda disponíveis aos produtores, enquanto um terceiro grupo pleiteia a concessão de subsídios para seus produtos. Porém, a maioria dos entrevistados considera a fixação de preços como central para o sucesso na cafeicultura.

A pesquisa deixou claro que as limitações da concorrência, em face do reduzido número de compradores de café, restringem à elevação dos preços. Além disso, parece claro

que o desinteresse que os cafeicultores, em geral, manifestam para com a sofisticação das técnicas de colheita, lavagem e secagem dos grãos, deve ser, em parte, atribuído à indisposição dos compradores em oferecer-lhes uma melhor remuneração, como contrapartida à agregação de qualidade aos cafés. Proposto como mecanismo de valorização dos produtos que primam pela qualidade, o pequeno diferencial de preço, ao contrário, tem sido incapaz de estimular melhorias nos processos de produção e beneficiamento.

Acresce-se que os preços de remuneração são estabelecidos com base na classificação e prova de qualidade dos cafés, que são, geralmente, conduzidas pelos compradores. Por essa razão, a suspeita de que o processo de classificação e definição de preços é pouco transparente permanece, como acusação velada, na consciência de muitos cafeicultores, pois supõem que os compradores subtraem parte do que lhes é devido, quando atribuem pequeno valor aos cafés de ótima qualidade por eles produzidos.

Em vista disso, muitos cafeicultores se sentem desestimulados a investir em melhoria da qualidade dos grãos. Esta é uma condição que não isenta sequer os produtores cooperados, que alegam não receber benefícios em razão da participação nas cooperativas. Tendo isto em vista, parece bem-vinda a sugestão de criação de uma instituição destinada à realização do serviço de classificação e certificação de café.

Para os produtores, os preços pagos pelas cooperativas constituem motivo de insatisfação, porque pouco diferem dos preços pagos pelos intermediários, que representam interesses das empresas de comércio e exportação de café.

Em vários municípios de Minas Gerais, a necessidade de garantir o escoamento dos produtos, com frequência, constitui a principal razão para a permanência dos cafeicultores no quadro de associados.

Concorre para a manutenção deste quadro, o baixo grau de mobilização dos agricultores em torno de seus objetivos, decorrente da precária organização e representação de interesses, que inviabiliza ações conjuntas e organizadas em benefício da classe. Falta, na maioria dos municípios, e mesmo em âmbito estadual e federal, uma eficiente representação política de classe - consequência das dificuldades de articulação e orquestração dos interesses dos agricultores. Há ainda, não poucos, que se encontram satisfeitos com sua condição, e, por isso, corroboram a reprodução e permanência dos gargalos e dificuldades que emperram o segmento. Tendo em vista o atual contexto econômico e produtivo rural, em que se sobressaem os interesses das grandes corporações que operam em nível

internacional, torna-se necessário perguntar: podem esperar o cumprimento de seus anseios, aqueles que não se fazem representar?

A representação de interesses dos grupos sociais é condição necessária para participação na divisão social do trabalho, além de essencial para a sobrevivência no atual sistema produtivo, em razão do acirramento das disputas em torno dos interesses de mercado. A legítima participação dos agricultores é requisito indispensável para a concertação de interesses nas sociedades democráticas, esta opinião alinha-se à visão de Lopes (1996). As deficiências próprias do sistema de representação de interesses relacionam-se, intrinsecamente, às dificuldades encontradas pelos cafeicultores na comercialização de seus produtos, que, apesar das especificidades locais e regionais, apresentam algumas características semelhantes nos diversos municípios produtores.

De acordo com Ortega (2005), o processo de modernização da agricultura brasileira produziu significativas mudanças no sistema de representação de interesses durante as duas últimas décadas. No novo contexto, as organizações especializadas por produtos e as interprofissionais (que integram tanto agricultores quanto industriais) tornaram-se predominantes, em detrimento da representação por intermédio dos sindicatos rurais. A criação do Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (CAC CER), em 1992, é indicativa da tendência de representação especializada.

A prospecção de demandas no segmento da cafeicultura também permitiu a percepção da necessidade de qualificação e treinamento dos agricultores no que diz respeito à gestão de custos e administração de seus empreendimentos. São extremamente raros os casos em que as propriedades são geridas a partir do registro de despesas e receitas, o que faz com que a atividade de produção se assemelhe a um jogo, pois se desconhece o custo real de produção.

Considerações finais

O significativo crescimento apresentado pela cafeicultura mineira durante as últimas décadas é atribuído à conjunção de diversos fatores, dentre eles, a aplicação dos avanços promovidos pela pesquisa agrônômica, a despeito da persistência de alguns entraves tecnológicos.

Inúmeros intérpretes dos problemas identificados neste segmento da produção rural consideram que a reduzida margem extraída da subtração preço de comercialização e custo de produção constitui, atualmente, a mais premente limitação ao desenvolvimento desta cultura em Minas Gerais. Por esta ótica, sugere-se o prosseguimento das pesquisas, visando o aperfeiçoamento das tecnologias de produção.

Os resultados deste diagnóstico, contudo, reforçam os argumentos daqueles que, além da continuidade das pesquisas agronômicas, propõem o fomento de processos que redundem no aumento da cooperação social, na melhoria da agregação e representação dos interesses dos agricultores, e no fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, como estratégias de enfrentamento dos problemas relacionados com o preço dos insumos, classificação e comercialização de café.

Referências

ABIC. Estatísticas. Média mensal dos preços recebidos pelos produtores. Preço pago ao produtor. Disponível em: <http://www.abic.com.br/estat_pprodutor.html>. Acesso em: 03 jun. 2009.

AGRIANUAL 2007: Anuário da Agricultura Brasileira. São Paulo: Instituto FNP, 2007. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ. Rio de Janeiro: Coffee Business. Consultado os anos 1995 a 2003.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café. Consultado os anos 1984 a 1989.

CAIXETA, G.Z.T. **A cafeicultura em Minas Gerais 1983/85**. Viçosa, MG: EPAMIG-CRZM, 1996.

CAIXETA, G.Z.T. Importância sócio-econômica da cafeicultura em Minas Gerais. **Informe Agropecuário**. Café: tecnologia para garantir produtividade, Belo Horizonte, ano 4, n.º 44, p. 3-5, ago. 1978.

CAIXETA, G.Z.T. A nova situação do café depois da geada e da alta. **Informe Agropecuário**. Café, Belo Horizonte, ano 3, n.º 34, p. 2-11, out. 1977.

Acompanhamento da safra brasileira: café - Safra 2008 quarta estimativa - dezembro 2008. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/4_levantamento_2008.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2009.

EMATER-MG. **Relatório analítico para cultura permanente: produto - café**. Belo Horizonte, 2009.

GURVITCH, G.; COURTIN, P. Classes urbanas e classes rurais. In: MENDRAS, H. et al. **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 65-76.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Belo Horizonte: IBGE – GCEA, MG, fev. 2009.

LOPES, M. de R. **Agricultura política: história dos grupos de interesse na agricultura**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1996.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. **Panorama do comércio exterior do agronegócio de Minas Gerais – 2009**. Belo Horizonte, [2009].

ORTEGA, A. C. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

ANEXO 1. Produção de café (em milhões de sacas de 60 kg). Principais Estados produtores e Brasil - 1934 a 2009.

Safras	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Brasil
1934	0,3	11,7	3,8	1,3	18,5
1935	0,6	13,5	3,7	1,6	20,9
1936	0,5	17,7	4,6	1,8	26,3
1937	1,1	15,8	4,9	1,4	24,3
1938	0,6	15,6	3,8	1,8	23,2
1939	1,1	12,3	3,2	1,5	19,1
1940	0,9	10,2	3,2	1,2	16,4
1941	0,8	9,3	2,5	1,9	15,8
1942	0,5	8,5	2,2	1,4	13,6
1943	0,1	5,9	3,1	1,8	12,2
1944	0,6	4,7	1,8	1,3	9,1
1945	0,6	6,1	2,8	1,9	12,7
1946	1,1	8,8	2,2	1,2	14,0
1947	1,5	6,5	2,7	2,0	13,6
1948	1,8	11,2	2,4	1,0	16,9
1949	2,3	7,4	3,2	2,5	16,3
1950	4,0	8,1	2,7	1,4	16,7

1951	2,8	6,2	3,4	2,0	15,0
1952	5,0	7,2	1,8	1,5	16,1
1953	3,2	6,2	3,4	1,8	15,1
1954	1,3	7,3	3,2	1,8	14,5
1955	6,3	9,3	3,7	2,1	22,1
1956	2,2	6,2	1,9	1,5	12,5
1957	4,7	9,5	3,6	2,5	21,6
1958	8,6	10,7	4,2	2,6	26,8
1959	20,4	15,6	4,4	1,9	43,8
1960	14,3	8,2	3,4	3,1	29,8
1961	17,9	11,5	3,6	1,7	39,6
1962	17,9	4,9	2,5	2,4	28,9
1963	9,1	9,5	2,1	1,5	23,2
1964	7,1	6,8	1,7	1,6	8,3
1965	21,0	11,8	2,8	1,4	37,0
1966	7,7	5,1	2,7	1,5	18,8
1967	10,9	9,0	2,1	0,8	24,5
1968	7,7	4,9	1,8	1,9	17,0
1969	8,4	4,5	1,3	0,5	20,6
1970	1,6	4,4	3,0	1,6	11,0
1971	12,8	9,8	1,3	0,4	24,6
1972	9,7	9,4	3,7	1,2	24,5
1973	4,1	7,0	2,0	0,8	14,3
1974	11,5	9,8	4,9	1,4	28,1
1975	11,7	7,0	2,0	1,0	22,2
1976	0,0	1,9	2,3	1,5	6,0
1977	1,8	7,6	4,9	1,2	16,1
1978	4,6	8,3	4,3	2,3	20,0
1979	2,0	8,4	7,9	2,7	21,6
1980	3,0	7,0	3,4	3,1	17,4
1981	8,3	9,4	11,5	3,3	33,7
1982	1,6	5,6	4,0	3,4	16,2
1983	5,9	7,4	9,6	5,1	30,4
1984	4,0	6,5	5,5	4,0	21,8

1985	5,4	8,9	10,7	5,1	32,6
1986	2,0	1,6	4,3	3,6	13,5
1987	10,0	12,6	13,2	4,8	42,9
1988	2,3	4,4	8,6	5,2	22,5
1989	4,6	4,7	9,2	4,5	25,4
1990	4,0	9,5	9,1	5,2	31,0
1991	2,5	4,0	13,5	5,5	28,5
1992	1,8	5,2	9,5	5,0	24,0
1993	3,0	5,5	13,0	4,5	28,5
1994	2,0	4,0	13,0	4,0	26,0
1995	0,2	1,8	9,2	3,1	16,8
1996	0,8	3,0	15,0	5,3	27,5
1997	1,7	2,3	8,7	3,7	18,8
1998	1,7	4,0	17,3	4,7	33,9
1999	2,3	3,8	13,9	4,5	27,2
2000	1,9	3,6	15,9	6,7	31,1
2001	0,5	3,0	12,7	6,8	28,2
2002	1,9	5,5	22,7	8,9	44,7
2003	1,9	2,8	12,0	6,6	28,8
2004	2,5	5,8	18,8	6,8	39,3
2005	1,4	3,2	15,2	8,1	32,9
2006	2,2	4,5	21,8	9,0	45,5
2007	1,7	2,6	16,5	10,3	36,1
2008	2,6	4,4	23,6	10,2	45,9
2009	1,6	3,4	19,4	10,1	39,1

Fontes: Dados compilados a partir do Anuário Estatístico do Café (IBC) *.

Os dados relativos às safras de 64/65 até 76/77 foram tomados na Divisão de Estatística do IBC, citada no Anuário Estatístico do Café nº 11 (dezembro de 1977) apud Caixeta (1978). Os dados relativos às safras de 77/78 até 83/84 foram disponibilizados pelo IBC e citados no Anuário Estatístico do Café (1984, p. 13). Dados relativos às safras de 84/85 a 89/90 tomados no Anuário Estatístico do Café (IBC). De 90/91 a 02/03 foram obtidos no Anuário Estatístico do Café 2002/2003 (Coffee Business). Dados relativos às safras de 2003/2004 a 2005/2006 foram obtidos na CONAB apud AGRIANUAL 2007, e os de 2006 a 2008 obtidos a partir da CONAB (dez. de 2008). Os dados de 2009 foram fornecidos pela EMATER e pela CONAB.

Artigo recebido em 25/01/2011 e aceito para publicação em 15/07/2011.